

O governo está remetendo ao Congresso Nacional o projeto do orçamento de 1987. O Congresso, "em campanha eleitoral", terá pouco tempo para analisá-lo e, quando voltar a Brasília, já conhecerá os resultados das eleições. Será um orçamento votado por um Congresso moribundo. Não obstante, o projeto enviado pelo Executivo constitui importante teste para saber se o governo deixou a perigosa euforia do Plano Cruzado e voltou a enxergar a realidade, que exige atitude circumspecta e austera.

Consta que a elaboração do projeto da lei dos meios não foi fácil, tendo sido objeto de discussão entre duas tendências no seio do governo. Por um lado, a equipe da Secretaria do Planejamento, que, com uma visão keynesiana e sob a influência de alguns economistas socializantes, considera que o déficit do setor público nada tem que ver com a inflação e até defende um pesado aumento da carga tributária, para que o Plano de Metas seja, ao menos parcialmente, respeitado. Por outro, a equipe do

Ministério da Fazenda e do Banco Central, que começa a preocupar-se não somente com o déficit do setor público em 1986, mas também com a expansão da demanda, que a produção industrial não pode acompanhar, sem grave ameaça inflacionária. Os primeiros aceitavam um déficit equivalente a 4,5% do Produto Interno Bruto; os outros queriam reduzi-lo a 2 ou 3%. O presidente da República, que, ao contrário do que parece ao falar à Nação, não está tão tranqüilo quanto ao futuro do Plano Cruzado, teria arbitrado em favor de uma austeridade relativa, isto é, em favor da posição defendida pelo Ministério da Fazenda.

Felizmente, a opção do presidente parece indicar que, após as eleições de novembro, a ortodoxia teria chance de voltar a nortear a política econômica. Temos, porém, de levar em conta os impactos que a evolução da situação econômica poderá causar sobre o orçamento, como também de lembrar que, entre o orçamento e a execução orçamentária, existe um grande abismo...

Não há dúvida de que o projeto de orçamento foi elaborado sob o impacto do sucesso do Plano Cruzado. Parece-nos que temos de atentar para uma realidade que talvez seja muito diferente. Em primeiro lugar, não podemos conceber que o ano de 1987 vá transcorrer sob o signo da "inflação zero". Será necessário reajustar alguns preços, a fim de corrigir injustiças decorrentes do congelamento de 28 de fevereiro, e restabelecer o equilíbrio de preços relativos. Além disso, também as tarifas de alguns serviços públicos e os preços administrados terão de ser revistos. Por outro lado, não podemos imaginar que os reajustes salariais, passados e futuros (especialmente, levando em conta a escala móvel automática, quando a inflação atingir o nível de 20%), possam ser absorvidos pelas empresas sem que essas aumentem seus preços. Pode-se perguntar se o governo tem força e vontade de impor uma política salarial mais compatível com a estabilidade dos preços.

Seria ilusão pensar que, em 1987,

a demanda poderá ficar no nível do corrente ano. Tudo indica (a começar pelo efeito do Imposto de Renda não pagável em 1986, mas que terá de ser pago em 1987) que haverá uma redução da demanda, a qual, naturalmente, afetará as receitas da União.

Esperamos que, diante de um quadro diferente, o governo não opte por um novo aumento da carga tributária, tão a gosto de alguns economistas socializantes. A conduta da política monetária será determinante quanto à pressão sobre os preços, afetando, pois, os gastos do governo. Em 1987, as autoridades monetárias não mais poderão protelar o saneamento dos bancos oficiais (BNH e bancos estaduais), e isso causará um impacto na expansão monetária. Poder-se-ia perguntar se a ortodoxia monetária voltará a ser observada.

Não há outra saída, salvo reduzir os gastos de custeio da máquina governamental, o que concerne à reforma administrativa, e aceitar uma taxa de crescimento menos ambiciosa, que exija menores gastos com investimentos.